




Observatório da Oposição

23 DE DEZEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 77



**O descontrole das contas
públicas faz com que o Real
tenha a maior queda de valor
no mundo**

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

Página

O descontrole das contas públicas faz com que o Real tenha a maior queda de valor no mundo

01

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Falência da Sete Brasil: Legado da incompetência e corrupção petista

06

E continua a farra nos Correios...

08

Sob o comando de Marcelo Freixo, Embratur enfrenta denúncias de funcionários fantasma

12

3

SAÚDE

Dono do terceiro maior orçamento da Esplanada, o Ministério da Saúde acumula episódios de desperdício de dinheiro público

15

4

POLÍTICA

Bolsa família e programas sociais: a falha no controle e desvio de recursos para apostas

19

5

TRABALHO E EMPREGO

Decisão do TST amplia acesso à justiça gratuita podendo sobrecarregar o judiciário

22

6

AGRO

Depois de 20 anos, ex-ministro do Fome Zero admite: Mito dos 70% provenientes da agricultura familiar foi inventado por governo Lula

24

7

MEIO AMBIENTE

Retrospectiva 2024: Como Lula se tornou campeão das queimadas?

29

1

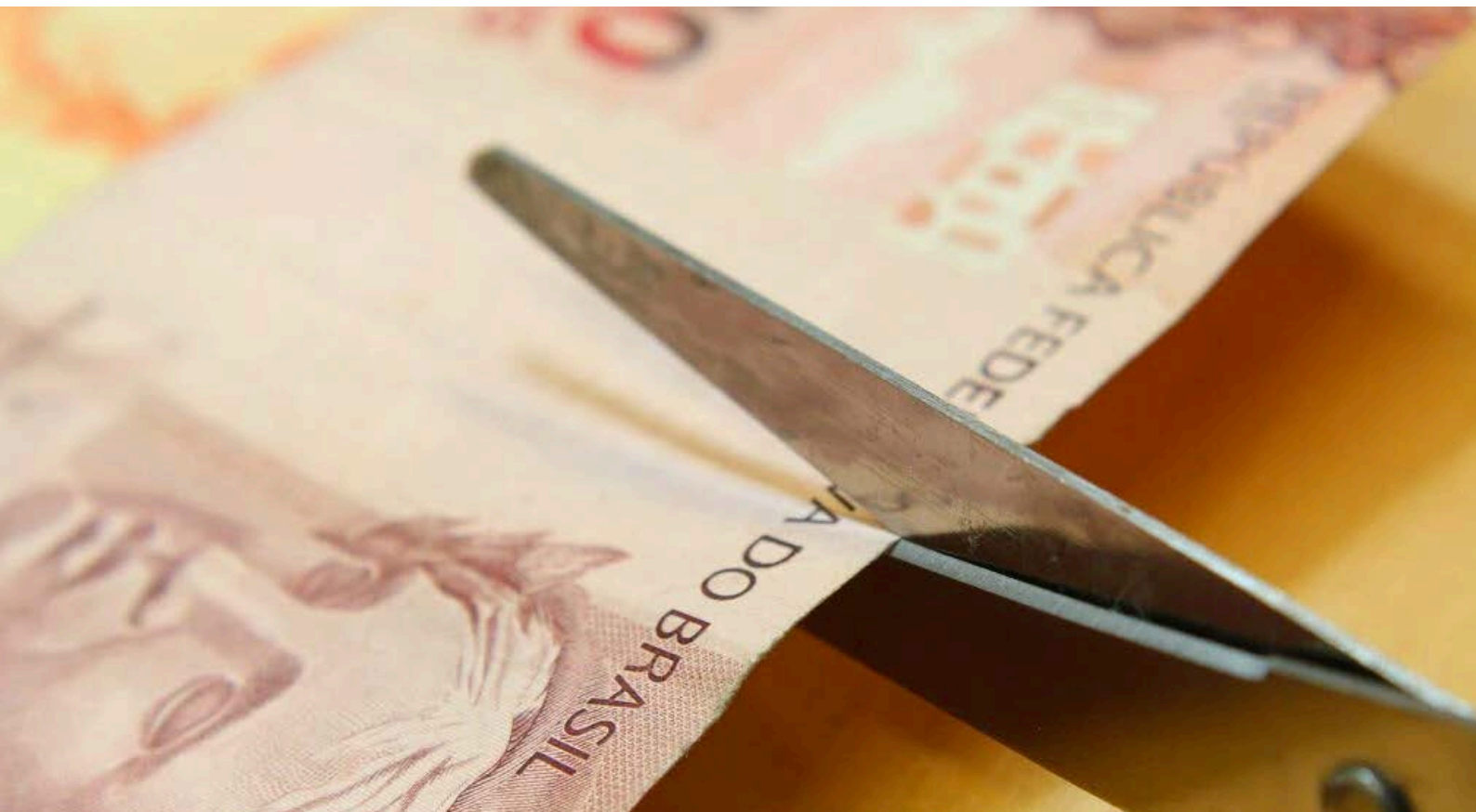
ECONOMIA

O descontrole das contas públicas faz com que o Real tenha a maior queda de valor no mundo

As contas públicas continuam a pressionar inflação, câmbio e juros. Ainda assim, o governo não mostra solução para o déficit e tenta terceirizar sua culpa pela piora econômica, elevando as incertezas na economia nacional.

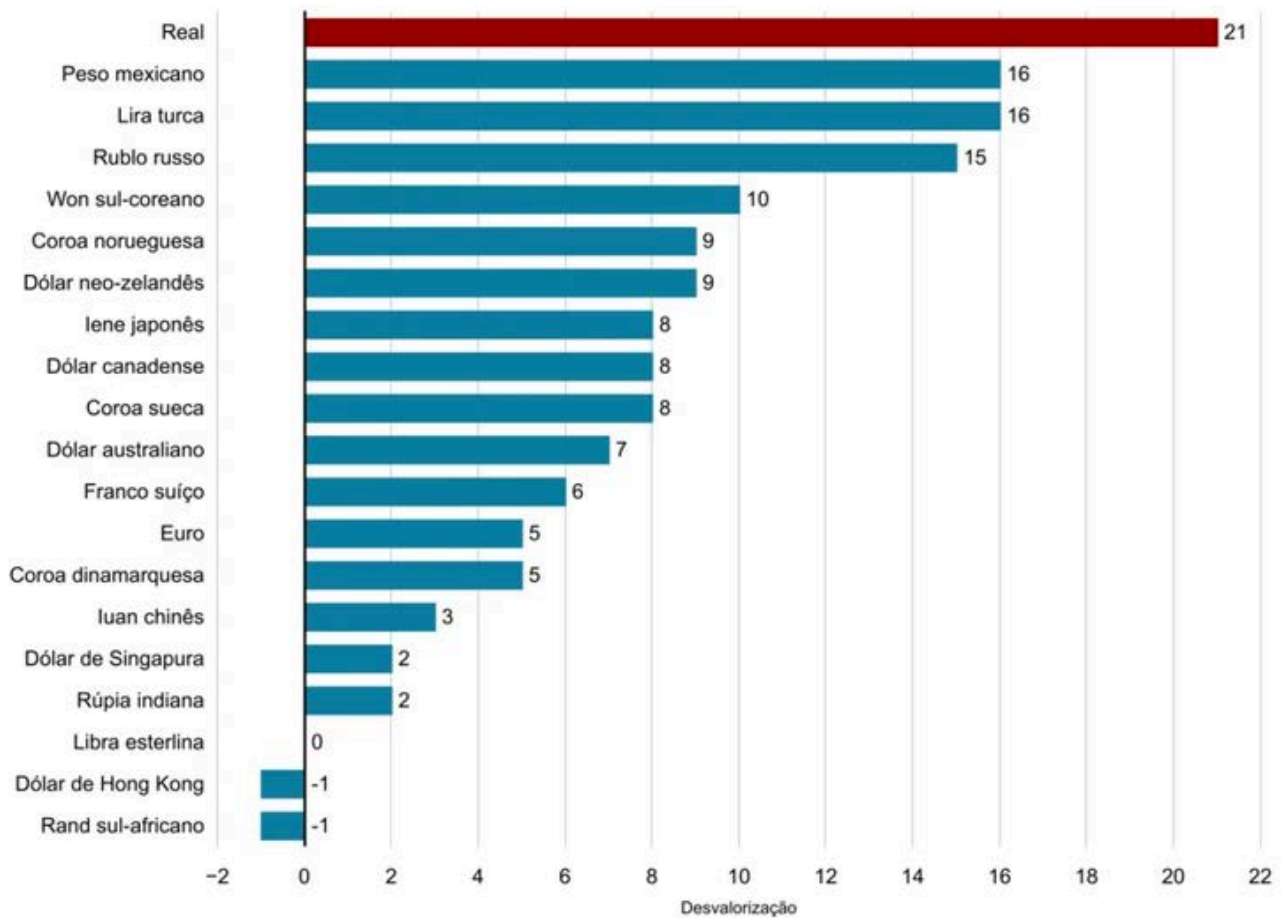
Desvalorização do Real e negacionismo do governo

- A recente desvalorização do Real fez com que o dólar alcançasse sua maior cotação histórica: R\$ 6,27. Com isso, a desvalorização acumulada neste ano foi de 21%, consolidando o Real como a moeda que mais perdeu valor frente ao dólar no mundo.



Moedas que mais se desvalorizaram em 2024

Em % contra o dólar americano



Fonte: XE.com até 18 de dezembro de 2024



Fonte: [BBC](#).

- Para amenizar os efeitos da forte desvalorização, o Banco Central atuou no mercado com a negociação de mais de 27 bilhões de dólares. Essa medida tentou conter a escalada que direcionava dólar a R\$ 7.
- A última ata do Copom mostra que o dólar alto afeta o país muito além das viagens para o exterior. Na realidade, a ata mostra que a elevação do dólar está resultando em maior inflação. **Algumas estimativas apontam** que uma desvalorização de 10% do Real resultaria em cerca de 1 p.p a mais na inflação do Brasil, prejudicando os brasileiros com maiores preços.
- Apesar da forte desvalorização, a tese do governo é a de que houve um ataque especulativo contra o Brasil. Fica óbvio que essa tese foi utilizada, sobretudo, para terceirizar a culpa da má gestão econômica para os agentes do mercado. Veja algumas manifestações:



Quem está “desancorado” da realidade é o Copom do BC. A ata divulgada hoje é um tapa na cara da população e dos setores produtivos da economia, que não podem conviver por mais tempo com os maiores juros reais do planeta. Essa é a irresponsabilidade de que falou o presidente Lula. A ata é uma carta de sequestro da política econômica do governo, que o mercado quer impor, via BC “autônomo”, exigindo cortes e medidas contracionistas. Quem não tem credibilidade nenhuma são as tais expectativas dos agentes consultados pelo BC, que erraram todas as suas previsões catastrofistas sem perder a arrogância jamais. Definitivamente, o Brasil precisa de uma nova política monetária, com novos instrumentos de avaliação do cenário econômico, mais realistas e eficazes, que não se curvem às chantagens e ao oportunismo financista.

[Gleisi Hoffmann, no X.](#)

Abri inquérito contra a chamada “Faria Lima”, a fim de identificar quem são as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela prática de possíveis crimes contra o mercado de valores mobiliários, especialmente por meio da manipulação do câmbio.



[Zeca Dirceu, no X.](#)

- Infelizmente, a tese do ataque especulativo foi abraçada até mesmo pelo Ministro da AGU, Jorge Messias, que acatou o pedido de inquérito proposto pelo Deputado Zeca Dirceu para investigar a “Faria Lima”. [Messias complementou a tese descabida](#) com críticas ao “capitalismo selvagem” e à “usura”, dando a entender que comprou a briga fantasiosa.
- Contudo, **a ideia de que o mercado estaria fazendo um ataque especulativo contra o país foi desmentida** até mesmo pelo futuro presidente do Banco Central indicado pelo governo, Gabriel Galípolo. Na última reunião do Banco Central, Galípolo trouxe para si a decisão de elevar os juros nas últimas duas reuniões do Copom, além de afirmar que o cenário fiscal traz desafios para o país.

A confiança no país diminuiu

- **A realidade é que a confiança no país caiu.** Analistas nacionais e internacionais reconhecem a deterioração do cenário fiscal e a indisposição do governo em combater essa piora nas contas públicas. Dentre os fatores recentes mais importantes destacamos:
 - Primeiramente, menciona-se que o governo se mostra reativo com a questão fiscal. Há movimentações para ajustes pontuais nas contas públicas apenas quando se observa forte pressão. Além disso, observou-se diversas manobras para se gastar mais, como a retirada de despesas do arcabouço e a consolidação do limite inferior do arcabouço como a verdadeira meta de resultado primário.
 - O pacote fiscal do governo se mostrou insuficiente para equilibrar as contas públicas. Além disso, focou muito mais em programas sociais do que em investimentos do PAC, subsídios ou em diminuição do déficit das estatais. **Analistas mostraram** que o controle do fiscal é essencial para conter a escalada do dólar.
 - As estimativas de queda de gastos do pacote fiscal parecem ter sido superestimadas. Prevê-se que dos R\$ 71 bilhões prometidos, apenas R\$ 49 bilhões seriam factíveis. Não é a primeira vez que o governo superestima os dados fiscais, dado que observamos esse método no pacote arrecadatório, como nas mudanças do CARF.
 - Na saída de Lula do hospital, o presidente afirmou que o “único” problema do país **seria a alta taxa de juros, ou seja, o problema não seria fiscal**. Na verdade, a alta taxa de juros é consequência do cenário fiscal e da escalada da inflação. Esse negacionismo trouxe ainda mais problemas para a estabilidade do país.
- A queda de confiança pode ser observada também por meio de outros fatores. **Em questionário pré-Copom**, por exemplo, agentes do mercado viram deterioração do cenário fiscal.
- Outro indicador para a queda de confiança é a **forte retirada de dinheiro do país por estrangeiros** na bolsa brasileira. Registrou-se saída média de 780 milhões de dólares **por dia**.
- Os índices de confiança também estão em queda. O índice de confiança do consumidor chegou ao **menor valor em 6 meses**. Também houve queda no **índice de confiança empresarial (ICE)**, com recuo de 0,3 ponto - impulsionado sobretudo pela queda na confiança futura.

- Por fim, o ex-secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, **argumenta que o mercado não está contra o governo**, mas está **buscando se proteger das incertezas** geradas pela gestão atual. A analista Thaís Herédia **corroborar com essa visão ao argumentar** que é dever do governo estancar essa desconfiança.

Inflação e juros

- A última reunião do Banco Central antecipou que a inflação do país vai estourar o teto da meta (4,5%). A expectativa é de que a inflação de 2024 seja de 4,9%.
- É preocupante que mesmo nessa situação, economistas ligados ao PT querem que **a meta seja mais alta para acomodar maior inflação**.
- Para conter essa inflação, o Banco Central elevou a taxa de juros para 12,25%. A expectativa da autoridade monetária é de que a taxa alcance até 14%. Entretanto, as negociações de títulos e algumas estimativas mostram que **a taxa de juros poderia alcançar 17%**.
- Essa elevação tende tanto a conter a inflação nacional quanto diminuir a cotação do dólar no médio/longo prazo.
- Contudo, alguns analistas começaram a **temer a chegada da “dominância fiscal”**, cenário em que a elevação dos juros não conteria a inflação. Caso isso ocorra, apenas o controle das contas públicas teria efeito para conter a subida dos preços da economia. O problema, entretanto, é que essa é justamente a agenda que o governo tende a ignorar.





TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Falência da Sete Brasil: Legado da incompetência e corrupção petista

A decretação da falência da Sete Brasil é mais um triste reflexo da gestão “padrão PT”, que negligenciou a administração dos recursos públicos, perpetuou esquemas de corrupção e deixou o país com um legado de dívidas e destruição do patrimônio nacional.

Análise

- O [Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro \(TJRJ\) decretou a falência da Sete Brasil](#), criada para fornecer sondas à Petrobras para exploração do pré-sal, após descumprimento do plano de recuperação judicial iniciado em 2016.
- Com prejuízo estimado em R\$ 36 bilhões, a empresa realizou 44 assembleias e apresentou 18 versões do plano, mas não conseguiu cumprir as obrigações legais, resultando na conversão do processo em falência, conforme prevê a legislação.



- A Sete Brasil afirmou, em nota, que recebeu com surpresa a decretação de sua falência antes do prazo fixado pelos credores, recorrerá da decisão e mantém confiança na recuperação judicial alinhada com os credores.
- **Não obstante, [o administrador judicial Gustavo Licks destacou](#) que o pedido de falência fundamenta-se na inexistência de empregados, na cessação de atividades empresariais, na inviabilidade de execução do plano de recuperação e no agravamento diário do passivo.**
- Fundada em 2010, a Sete Brasil contou com a participação societária da Petrobras, instituições bancárias e empresas de investimento. A companhia venceu licitações promovidas pela Petrobras para a construção de 28 sondas de perfuração destinadas a operar em território nacional.
- Todavia, a Sete Brasil mergulhou em uma crise irreversível com a exposição de esquemas de corrupção e o consequente superfaturamento das referidas unidades produzidas, revelados pelas investigações da Operação Lava Jato.
- **A decretação da falência da Sete Brasil representa um revés significativo [às tratativas conduzidas pelo ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, João Vaccari Neto](#), que pretendia firmar um acordo no qual a Petrobras arcaria com o montante de US\$ 185 milhões (aproximadamente R\$ 1,15 bilhão).**
- Tal acordo visava extinguir eventuais obrigações de natureza financeira e jurídica que poderiam recair sobre a estatal em virtude de compromissos anteriormente assumidos pela Sete Brasil.
- Com isso a proposta salvaria temporariamente a Sete Brasil, prorrogando sua recuperação judicial, o que geraria altas comissões aos advogados envolvidos nas negociações, estimadas em R\$ 50 milhões.
- Contudo, o plano foi rechaçado pelo conselho da Petrobras, que avaliou a existência do risco substancial de a estatal continuar sendo processada, mesmo após o acordo.
- A falência da Sete Brasil exemplifica de forma emblemática o padrão PT de gestão, refletindo a corrupção e ineficiência de sua governança, com graves prejuízos para a economia nacional.

E continua a farra nos Correios...

A crise nos Correios reflete ainda a má gestão de Dilma Rousseff, que deixou um rombo de R\$ 9,1 bilhões no Postalís. Em 2024, o governo cobriu R\$ 7,6 bilhões da dívida, e os trabalhadores suportaram o restante com descontos inesperados no 13º salário. Apesar de registrar prejuízo de R\$ 2 bilhões no ano, a gestão petista autorizou R\$ 200 milhões em "vale-peru" e enfrenta denúncias de favorecimento de uma banca jurídica ligada à família do presidente da estatal.

Análise

- Para início de conversa, é forçoso reafirmar que a atual situação financeira dos Correios reflete o legado da gestão perdulária de Dilma Rousseff, quando então era presidente do Brasil.
- **Dentre os problemas da herança maldita de Dilma, destaca-se o desastre financeiro na Postalís, plano de previdência dos funcionários dos Correios, que acumulou um prejuízo de R\$ 9,1 bilhões devido a investimentos irresponsáveis entre 2011 e 2016, representando 60% do rombo total no fundo.**



- No entanto, o rombo total é de R\$ 15 bilhões, com contribuições advindas de outras gestões petistas. Em agosto, o presidente dos Correios, Fabiano Silva dos Santos, assinou contrato [reconhecendo o rombo deixado pelo PT](#) e anunciou o repasse de R\$ 7,6 bilhões ao Postalis, cobrindo metade do valor.
- A outra metade ficara a cargo de aposentados, pensionistas e funcionários da ativa. E o governo começou a cobrar de modo leonino e pouco transparente, um verdadeiro presente de grego do governo Lula para os trabalhadores: de acordo com checagem realizada pelo Estadão, [houve um desconto de 75% no 13º salário de cerca de metade dos funcionários da empresa](#).
- De acordo com carta enviada pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), [a medida adotada pelos Correios foi mal esclarecida aos trabalhadores](#).
- **Diga-se de passagem, qual a serventia de um sindicato que se abstém de analisar previamente medida que compromete o trabalhador nessa monta, sobretudo, para sanear um passivo criado pelo PT? Ocorrência atesta a importância declinante dessas entidades.**
- **Cabe mencionar, que a decisão de firmar o [Contrato de Confissão de Dívida](#) e o Termo de Ajuste de Conduta enfrenta a suspeita de ter favorecido o escritório Mollo & Silva, que estaria vinculado à família do presidente dos Correios. Segundo apurado pela imprensa, Renata Mollo dos Santos é esposa do presidente dos Correios e sócia administradora da Mollo & Silva, [conforme cadastro na Receita Federal](#). Ademais, Henrique Nascimento dos Santos seria irmão de Fabiano.**
- Em que se pese a negativa dos Correios sobre o vínculo de parentesco entre os sócios da Mollo & Silva e o presidente dos Correios, [o jornal Diário do Poder expôs em notícia](#) a certidão de casamento de Renata e Fabiano, atestando o enlace, e a cópia da carteira da OAB de Fabiano e Henrique, demonstrando que são filhos do mesmo pai.
- E não foi a primeira vez que o escritório de advocacia deu prejuízo à Postalis. Em 2012, a Postalis contratou o escritório Mollo & Silva para ações judiciais de cobrança, mas um erro de cálculo gerou um prejuízo de aproximadamente R\$ 10 milhões em honorários advocatícios à Pró-Saúde Plano de Saúde Ltda., que passou de devedora à credora diante de falha na estratégia adotada pelo escritório de advocacia, conforme noticiado pelo [jornal Mais Brasília](#).

- **Ainda na campanha pela dilapidação do patrimônio da estatal, a cúpula dos Correios autorizou pagamento de R\$ 200 milhões em "vale-peru" a 84.700 funcionários (aproximadamente, R\$ 2.500,00 a serem pagos em duas parcelas).**
- A situação fica ainda mais absurda se considerarmos que a empresa acumula um prejuízo no ano que ultrapassa os R\$ 2 bilhões, dando mostra do descaso da administração petista com o patrimônio da estatal.
- A crise financeira dos Correios, com prejuízo bilionário no Postalis, e práticas administrativas duvidosas refletem a má gestão do governo petista, que prejudica trabalhadores e a estatal em benefício de interesses privados.

Manifestações de senadores da oposição:



“Os Correios, sob a gestão do governo Lula, enfrentam um prejuízo histórico de R\$ 2 bilhões apenas neste ano. A estatal agora luta para se manter de pé, enquanto flerta com a possibilidade de insolvência. Esse é o reflexo direto da política desastrosa do PT, que sufoca as empresas públicas e gera prejuízos econômicos para o país. O terceiro mandato de Lula apenas confirma o padrão petista de má gestão nas estatais. Hoje, são os Correios que sofrem. Amanhã, qual será a próxima estatal? Do jeito que está, é daqui pra pior”.

Senador Marcos Rogério (PL/RO).

Nos anos do Governo Bolsonaro, os Correios mostraram força e resultados: - 2019: lucro de R\$ 109 bilhões - 2020: lucro de R\$ 69 bilhões - 2021: lucro de R\$ 188 bilhões - 2022: mais de R\$ 200 bilhões de lucro! E agora? Isso não importa? O foco é “o amor venceu”, “a democracia foi salva” e “o pobre não come Correios”?



Senador Jorge Seif Junior (PL/SC).



Lula parece acreditar que as estatais são um saco sem fundo! Após o estrago na Petrobras, agora enfrentamos um novo desastre nos Correios. O prejuízo acumulado em apenas 9 meses já ultrapassa R\$ 2 bilhões!

Senador Luiz Carlos Heinze (PP/RS).

Os Correios sempre foram vítimas dos petistas, desde a primeira vez que eles ocuparam a estatal. Agora, não seria diferente.

Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ).



Sob o comando de Marcelo Freixo, Embratur enfrenta denúncias de funcionários fantasma

O TCU investiga a contratação de 30 funcionários-fantasma na Embratur, com suspeitas de indicações políticas e pagamentos irregulares de até R\$ 38 mil.

Análise

- O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu investigação sobre a denúncia de contratação de **30 (trinta) funcionários fantasma pela Embratur, segundo O Globo**. A agência é atualmente presidida pelo ex-deputado Marcelo Freixo (PT/RJ) e vinculada ao Ministério do Turismo, comandado por Celso Sabino (União/PA).
- Segundo a denúncia, os **“fantasmas” receberam até 38 mil reais sem dar expediente presencial**, amparados por uma portaria que permite trabalho remoto. A lista inclui ex-deputados federais que não se elegeram em 2022.



- A área técnica do TCU considerou os **indícios suficientes para investigar o caso**, que será relatado pelo ministro Jhonatan de Jesus. Durante os interrogatórios iniciais, servidores da agência tiveram dificuldades em explicar as funções dos supostos funcionários fantasma.

Segundo denunciado, esses colaboradores não agregam valor à promoção internacional do turismo brasileiro, não falam qualquer idioma estrangeiro, jamais foram apresentados na instituição e não trabalham para a Embratur, tratando-se de mera indicação política

Relatório da Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento (TCU).

- Coincidentemente, após a denúncia, 5 (cinco) funcionários foram demitidos pela Embratur. Em nota, a agência afirma que o desligamento foi motivado por desempenho insuficiente.

A apuração interna, iniciada pela Embratur no dia 13 de novembro, avaliou que 5 dos profissionais dedicados à execução do ACT apresentaram relatórios de desempenho insuficientes para seguirem compondo a equipe da Agência, e foram demitidos. Os demais colaboradores seguem em permanente análise de desempenho.

[Nota da Embratur, publicada pelo Poder 360.](#)

Manifestações de senadores da Oposição

A turma da mamata não cansa de fazer farra com dinheiro público. Esquerdista é isso: odeia trabalho!

[Senador Flávio Bolsonaro \(PL/RJ\).](#)



Segundo a reportagem, Agência já demitiu cinco servidores após pedido de esclarecimentos. Vou acompanhar de perto o trabalho do MPF e do TCU.

[Senadora Damares Alves \(PL/DF\).](#)



3

SAÚDE

Dono do terceiro maior orçamento da Esplanada, o Ministério da Saúde acumula episódios de desperdício de dinheiro público

Recordes nada animadores são batidos pelo governo Lula na área da saúde, com a incineração de vacinas, medicamentos e insumos para a saúde que já contabilizam mais de R\$2 bilhões. Números que podem ou poderiam ser piores se considerarmos as intervenções da justiça e do TCU nos processos licitatórios conduzidos pela pasta de Nísia Trindade.

- Nísia Trindade assumiu o Ministério da Saúde acusando a gestão anterior de descaso com a saúde e declarando que desperdícios eram inadmissíveis. Contudo, ao longo dos últimos dois anos a Ministra tem demonstrado o que realmente ocorre quando não há gestão: grande volume de medicamentos, insumos e vacinas desperdiçado; ao mesmo tempo em que cidades ficam desabastecidas de vacinas e insumos em todo país.



- De forma contumaz, a ministra tenta atribuir seus problemas de gestão da saúde ao governo passado. Porém, os registros na mídia refletem as perdas e os desperdícios conduzidos pelo Ministério da Saúde em sua gestão. Reportagem especial de novembro de Sarah Teófilo, veiculada pelo O Globo, dá conta que as perdas **de vacinas durante a gestão Lula aumentou em 22% tendo gerado prejuízo de R\$1,75 bilhões, o maior desde 2008.**
- Em um comparativo direto, a matéria traduz a perda que isso representa para o SUS. A quantidade de recursos jogados no lixo daria conta de adquirir 6 mil ambulâncias do SAMU ou 101 milhões de canetas de insulina, como as que ficaram em falta em postos de saúde do país no primeiro semestre.
- Uma vez que o maior número de unidades de vacinas é contra a Covid, o Ministério tentou atribuir a responsabilidade à gestão Bolsonaro, o que não é uma verdade. Faltou ao ministério adotar medidas de gestão relacionadas à logística. Seja com a distribuição interna aos estados brasileiros, mediante o uso de estratégias como a identificação de municípios prioritários, população prioritária, facilitação da coadministração com outras vacinas, seja lançando mão de estratégias com o uso do Fundo Rotatório da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/OMS que dispõe do Mecanismo Covax pelo qual países membros podem doar e receber vacinas, fazendo chegar vacinas a quem precisa, sem terem como destino a incineração.
- Além do mais, o desperdício de recursos públicos não ficou adstrito a vacinas contra a covid-19. Foram descartadas vacinas contra difteria, tétano e coqueluche - DTP (16,5% do total fora da validade), febre amarela (3,5%), e meningocócica (1,8%).
- No entanto, as perdas na saúde na gestão Lula não se resumem às vacinas. Até outubro deste ano, foram incinerados R\$ 367,9 milhões em medicamentos e insumos para a saúde, divididos em 1,6 mil lotes, entre anestésicos, bloqueadores neuromusculares, antibiótico bactericida, de uso associado com quimioterapia, para prevenir reinfecção por vírus após transplante.
- A **denúncia da incineração de recursos do SUS demonstrada na reportagem de Melissa Duarte na Coluna de Tácio Lorrán do Portal Metrôpoles** trouxe, ainda, a resposta do órgão que justifica a divisão em lotes em razão da variação dos preços dos medicamentos em relação às remessas. O que demonstra que a perda de recursos para o SUS pode ser bem maior, se considerarmos a atualização dos valores.

- A falta de gestão e logística também ficam latentes quando o órgão tenta justificar tamanho desperdício de recurso público com base na flutuação na demanda e oscilação no número de casos de doenças transmissíveis. Ora, estudos e projeções são feitos exatamente para embasar as compras do setor público e não para justificar sua ineficiência, como apresentado pelo ministério.
- Ainda no início de 2024, foram feitas denúncias de [descarte de centenas de milhares de medicamentos que perderam a validade, de medicamentos destinados ao atendimento de indígenas da etnia Yanomami, em Roraima, ao longo de 2023](#). “Foram jogadas fora 1.690 unidades de Paxlovid, um antiviral para combate à covid-19, vendido a quase R\$5 mil a caixa – no mercado, a quantidade descartada sairia a quase R\$250 mil. Também foram descartados outros insumos, como milhares de testes rápidos de covid-19 e de HIV”, segundo reportagem de André Shalders e Gabriel de Sousa do Estadão.
- Mas, o descaso do governo Lula com os recursos públicos e com o SUS não para por aí. Dono de um orçamento de R\$430 bilhões, em valores de dotação atualizada, 2023/2024, o Ministério da Saúde coleciona casos de condutas duvidosas em seus processos de aquisição, com suspeitas de fraudes, suspensão de compras por sobrepreços, restrições de concorrência, dentre os quais destacamos:

Setembro/2023 – **Licitação no valor R\$285,8 milhões, com dispensa de licitação**, vencida por empresa com apenas um funcionário registrado e capital social de R\$1,3 milhões, para o fornecimento de 293,5 mil frascos de imunoglobulina humana. O contrato é alvo de investigação pelo TCU, diante de representação do Senador Rogério Marinho (PL/RN).

Outubro/2023 – **Anvisa interdita lote de imunoglobulina avaliado em R\$30 milhões comprado pelo MS**. Apesar de não terem sido pagos, a compra resultou de uma aquisição emergencial junto a empresas que não tinham produtos certificados pela Anvisa.

Maio/2024 – **Empresa principal alvo da CPI da Pandemia**, vence licitação com edital que limitava o número de participantes, no valor de R\$ 549,8 milhões, após ofertar menor preço, para prestar serviços de armazenagem e transportes de insumos de saúde ([Blog Caio Junqueira da CNN Brasil](#)).

Julho/2024 – **após atuação do Ministério Público do TCU**, o MS suspende licitação de imunoglobulina no valor de R\$840 milhões, por suspeita de superfaturamento e cartel com sobrepreço de 114,3%. Em 2023, o TCU já havia anulado uma licitação para a compra desse medicamento.

Agosto/2024 – MS revoga **licitação de 60 milhões de kits de higiene bucal ao custo entre R\$ 348 milhões e R\$ 589 milhões** com escova, fio dental e pasta de dentes, após justiça suspender a licitação e o TCU reconhecer irregularidades no pregão, ao entender ter havido restrição de concorrência e ausência de justificativa para aceleração da compra no prazo de quatro dias, conforme procedimento adotado pelo MS. ([Reportagem de Andreza Matais do Portal UOL](#))

Abril/2024 – MS rescinde contrato um mês após assinatura em decorrência de indícios de fraude e direcionamento na concorrência apontados pelo TCU.

Dezembro/2024 – TCU apura se a SESAI/MS contratou empresa de fachada para prestar serviços no Amapá no valor aproximado de R\$13,5 milhões. Foram 2 contratos assinado, o primeiro em maio de 2023 (no valor de R\$ 741 mil), de forma emergencial, sem licitação e o segundo em março deste ano no valor de R\$ 12,8 milhões, que em razão da atuação do TCU, foi rescindido e pago R\$ 257 mil. ([Reportagem de Rafael Neves do Portal UOL](#))

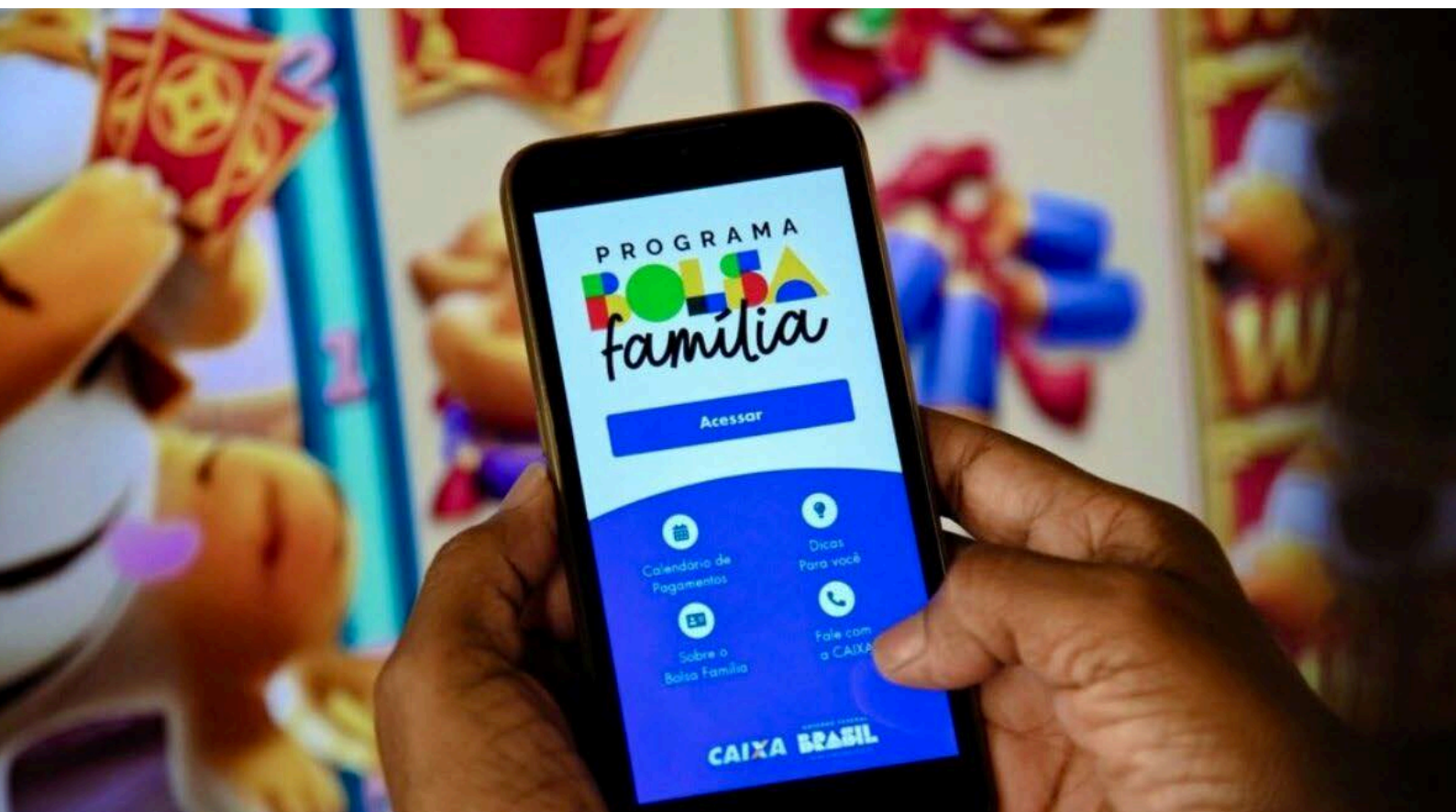
4

POLÍTICA

Bolsa Família e programas sociais: a falha no controle e desvio de recursos para apostas

AGU informa ao STF que enfrenta dificuldades para impedir que o uso de recursos de programas sociais financiem vícios e jogos

- O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) determinou no último dia 15, após solicitação do Ministério Público, que o Governo Federal adote medidas para impedir que beneficiários do Bolsa Família utilizem recursos recebidos do programa social com apostas online.
- A decisão exige que o governo adote soluções imediatas para impedir a participação dos beneficiários do Bolsa Família e de outros programas sociais e assistenciais em apostas eletrônicas, com o objetivo de evitar o desvio de finalidade dos recursos.



- Após a decisão, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que há dificuldades operacionais para cumprir a decisão do ministro Luiz Fux, proferida para impedir os gastos dos beneficiários com apostas. A AGU alegou que existem barreiras de ordem prática de difícil superação para impedir o uso de benefícios sociais em apostas esportivas online, tendo em vista a dificuldade de identificar os recursos provenientes dos benefícios e diferenciá-los do dinheiro de outras fontes de renda que estão nas contas dos beneficiários. Dessa forma, segundo a AGU, não é possível impedir que a conta seja utilizada para apostas.
- O cenário é preocupante, tendo em vista que, segundo [estudos do Banco Central](#), divulgados pelo jornal eletrônico 'Poder 360', em um único mês, agosto de 2024, 5 milhões de beneficiários gastaram, via PIX, cerca de R\$ 3 bilhões em plataformas digitais de apostas.
- Além disso, o documento de estudos do Banco Central levanta dúvidas sobre fraudes. Isso porque, caso os dados estejam corretos, significa que parte das pessoas apostou montantes acima do valor do próprio benefício. Vejamos:
- A mediana de gastos por pessoa é de R\$ 100,00. Isso significa que metade (2,5 milhões) dos apostadores jogou até R\$ 100,00, somando o total de R\$ 250 milhões. Assim, se o valor total passado as plataformas de apostas foi de R\$ 3 bilhões, os demais apostadores gastaram R\$ 2,75 bilhões, o que daria o valor médio de R\$ 1.100,00 por 2,5 milhões de beneficiários.
- Acontece que o valor médio do Bolsa Família em agosto de 2024 foi de R\$ 681,09. Ou seja, milhões de pessoas teriam apostado valores superiores ao do próprio benefício.
- O governo federal, até o momento, falha em apresentar uma solução eficaz para impedir que os programas, criados para garantir dignidade e apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, sejam usados para financiar comportamentos de risco. Essa situação não apenas compromete a integridade do Bolsa Família e outros programas sociais, mas também expõe a falta de fiscalização e controle no uso de recursos públicos. É preciso uma resposta clara e contundente para garantir que esses fundos cheguem de fato àqueles que precisam e que o programa não se torne uma ferramenta de enriquecimento para plataformas de apostas.

- O governo federal, até o momento, falha em apresentar uma solução eficaz para impedir que os programas, criados para garantir dignidade e apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, sejam usados para financiar comportamentos de risco. Essa situação não apenas compromete a integridade do Bolsa Família e outros programas sociais, mas também expõe a falta de fiscalização e controle no uso de recursos públicos. É preciso uma resposta clara e contundente para garantir que esses fundos cheguem de fato àqueles que precisam e que o programa não se torne uma ferramenta de enriquecimento para plataformas de apostas.
- Atrelado a isso, no Congresso Nacional, o Senador Izalci Lucas (PL-DF), apresentou Projeto de Lei nº 4876/2024, projeto que impõe maior controle das plataformas, proibindo que os beneficiários de programas sociais ou bolsas de subsistência do governo federal, façam apostas on-line, sob pena de corte dos benefícios. Além disso, os operadores de apostas deverão implementar mecanismos de verificação automática de dados, utilizando bases governamentais como o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), sob pena de altas multas.



“O objetivo é garantir a destinação correta dos recursos públicos e a proteção das famílias vulneráveis. O bolsa família não é para as BETS, para os jogos de azar”, justifica o Senador Izalci.



TRABALHO E EMPREGO

Decisão do TST amplia acesso à justiça gratuita podendo sobrecarregar o judiciário

Maior acesso à gratuidade da justiça pode incentivar ações desnecessárias e aumentar a pressão sobre o sistema judicial

- O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou, em rito de recursos repetitivos, tese vinculante sobre a ampliação do acesso à justiça gratuita de maneira contrária à reforma trabalhista de 2017.
- A nova interpretação garante o acesso à justiça gratuita na esfera trabalhista aos trabalhadores com remuneração de até 40% do teto da Previdência Social, sendo estes dispensados de comprovar a falta de recursos para arcar com os custos processuais, o que garante o entendimento de 2021 do Supremo Tribunal Federal (STF).



- Além disso, aqueles que recebem acima do limite de 40% do teto da Previdência Social também poderão ter acesso à gratuidade da justiça, desde que apresentem uma simples declaração de pobreza, garantindo que o ônus de comprovar a capacidade de pagamento recaia sobre a empresa, o que retoma a prática anterior à reforma trabalhista.
- O objetivo da reforma trabalhista era limitar o acesso à justiça gratuita como uma tentativa de reduzir o volume de processos, tendo em vista que, muitas vezes, o trabalhador busca o Judiciário apenas para tumultuar. Assim, com o risco de sucumbência, aquele risco que a parte perdedora do processo judicial corre em pagar honorários ao advogado da parte vencedora e custas processuais, pensaria melhor ao tomar a decisão de ingressar com uma Reclamação Trabalhista.
- Desde a reforma trabalhista, houve um aumento gradual nas demandas da Justiça do Trabalho. Entre 2017 e 2018, o número de ações na Justiça do Trabalho caiu de 3,96 milhões para 3,22 milhões, uma redução de 18,7%. Durante a pandemia, os números permaneceram em níveis baixos, mas em 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a exigência de pagamento para trabalhadores que ganham até 40% do teto previdenciário, sem abordar aqueles trabalhadores com rendimentos superiores, o que deixou margem para interpretações divergentes.
- A ampliação do acesso à justiça gratuita no âmbito trabalhista, embora pareça beneficiar os trabalhadores, pode, na prática, sobrecarregar ainda mais um sistema judiciário já sobrecarregado. Ao flexibilizar os critérios para o deferimento da gratuidade, o Tribunal Superior do Trabalho corre o risco de estimular a judicialização excessiva, com o aumento de ações sem fundamento, o que poderia desvirtuar o propósito original da justiça gratuita, que é garantir o acesso ao Judiciário para aqueles realmente necessitados, sem trazer, de fato, benefícios concretos para a eficiência e celeridade da Justiça do Trabalho.

6 AGRO

Depois de 20 anos, ex-ministro do Fome Zero admite: Mito dos 70% provenientes da agricultura familiar foi inventado

Em uma revelação surpreendente, José Graziano, ex-ministro responsável pelo programa Fome Zero no primeiro governo Lula, admitiu que o número frequentemente repetido de que a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil foi criado sem embasamento estatístico. A confissão traz à tona a manipulação de dados para fins político-ideológicos e polarizações infrutíferas.

A declaração foi feita durante [seminário sobre pobreza rural no semiárido nordestino](#), realizado nos dias 3 e 4 de dezembro. A admissão de José Graziano, um dos principais articuladores do programa Fome Zero, de que o número de 70% foi uma estimativa arbitrária, desmonta uma narrativa que se tornou quase uma verdade absoluta no discurso político. Segundo Graziano, a ausência de dados consistentes à época levou à criação de uma cifra que, embora promovesse a agricultura familiar, não tinha lastro em levantamentos concretos.





“Não acho que nós comemos as coisas que são produzidas pelos agricultores familiares. É um erro nós continuarmos pensando assim. [...] Não são mais os agricultores familiares que alimentam as cidades. Já foi a época disso.”

Trecho extraído por Xico Graziano, em [Poder 360](#).

[[Vídeo no Youtube](#) - 1:31:05]

“Pior é que é um terraplanismo, é ignorar os números, é **vergonhoso ver hoje meus colegas do PT insistindo nos números que nós produzimos nos anos 1970**. Eu ajudei a calcular esses números. Eu fui um dos que, no começo dos anos 2000, acordamos: **vamos começar a falar em 70%, para não dar briga. Inventamos esse número de 70%. Esse número não tem em lugar nenhum.**”

Trecho extraído por Xico Graziano, em [Poder 360](#).

[[Vídeo no Youtube](#) - 2:05:16]



A resposta do Instituto Fome-Zero (IFZ)

Na tentativa de “tapar o sol com a peneira”, o IFZ, que inclusive tem como um de seus fundadores o ex-ministro, apresentou declaração controversa aos fatos em [Nota de esclarecimento](#).

“*Circula nas redes sociais um **corte maldoso** em vídeo de uma apresentação do professor José Graziano da Silva, que não representa nem a opinião do IFZ nem a dele. O trecho, **fora de contexto**, dá a entender que os números sobre a agricultura familiar foram simplesmente inventados, quando, na verdade, o professor explicava que ficar apegado ao percentual de 70% para qualificar a contribuição da agricultura familiar reforça a visão “produtivista”, que procura reduzir a importância desse tipo de agricultura para o meio ambiente e para a melhoria da distribuição da renda e da propriedade no campo.*”

Trecho inicial, [Nota do IFZ sobre Agricultura Familiar](#).

Apesar da clareza com que José Graziano expôs a ausência de base estatística para o famoso número de 70% e a necessidade de atualizar os dados sobre a agricultura familiar, ainda há parcela da militância ideológica que insiste em manter essa narrativa distorcida.

A tentativa de justificar a cifra com o argumento de que ela foi uma “média” ou representava a visão de um período carente de dados sólidos é, na prática, uma admissão de que o percentual foi arbitrariamente definido. **A defesa da agricultura familiar, que de fato tem valores relevantes e essenciais às comunidades locais e em nível nacional, como a preservação ambiental, a geração de riqueza e a distribuição de renda, não pode se sustentar em premissas falsas.**

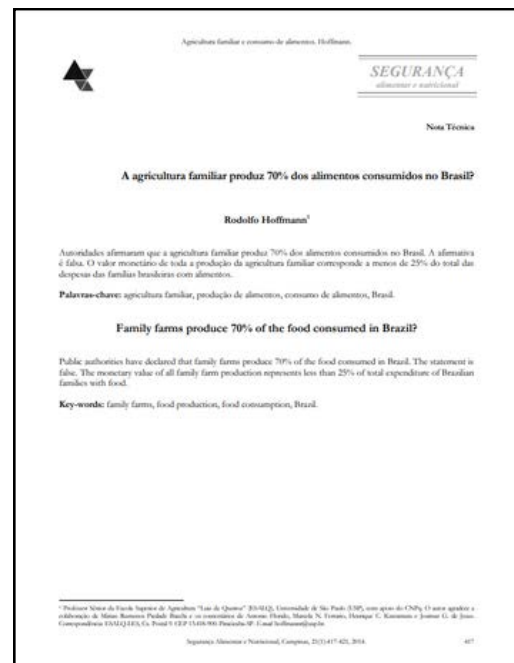
A irrefutável verdade

O falso dado já é questionado há anos pela academia e sociedade como um todo. Em 2014, o [artigo](#) “A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?” de autoria do professor Rodolfo Hoffmann, da ESALQ/USP, ganhou destaque.

O documento examinou a origem e a validade do dado amplamente difundido, concluindo que essa afirmação é infundada. Hoffmann demonstrou que **o valor monetário da produção da agricultura familiar representou menos de 25% das despesas das famílias brasileiras com alimentos.** Ele argumentou que essa narrativa

simplificava uma realidade muito mais complexa e carecia de base metodológica clara.

Hoffmann analisou dados do [Censo Agropecuário de 2006](#), que mostraram contribuições variadas da agricultura familiar dependendo do produto: mandioca (83,2%), feijão (69,6%), e leite de vaca (57,6%) apresentaram alta participação, enquanto culturas economicamente importantes, como soja (14%) e trigo (21,2%), tinham baixa representatividade. Além disso, o autor criticou a dificuldade de se somar categorias heterogêneas de alimentos, como toneladas de arroz e litros de leite, para justificar o número global de 70%. Ele também destacou que a maioria da produção familiar de mandioca, por exemplo, era consumida internamente, o que reduziu seu impacto direto no mercado.



O autor reforçou a importância de utilizar dados confiáveis para valorizar a agricultura familiar de forma justa, reconhecendo seu papel na preservação ambiental e na distribuição de renda, sem recorrer a estatísticas fabricadas. Ele concluiu que **a perpetuação de números fictícios não ajuda no reconhecimento da relevância desse setor, mas pode, ao contrário, prejudicar a formulação de políticas públicas eficazes e alinhadas à realidade do campo.**

Em [artigo](#) com dados mais atualizados elaborado por analistas da Embrapa Rondônia, a partir do [Censo Agropecuário de 2017](#), a conclusão é a mesma. Segundo os autores, embora 76,8% dos estabelecimentos rurais sejam classificados como pertencentes à agricultura familiar, este segmento **gerou apenas 23% do valor total da produção agropecuária** (R\$ 106,5 bilhões), uma redução de 10,2% em relação a 2006. A maior parte do valor da produção agropecuária, 77%, é atribuída à agricultura não familiar.

A participação da agricultura familiar varia conforme os produtos. Em uma cesta de 65 itens agrícolas analisados, **sua contribuição foi de 5,7% do total produzido, subindo para 30% ao excluir culturas industriais como soja, milho e cana-de-açúcar.** Esse segmento destaca-se em hortaliças e frutas específicas, como morango (81,2%) e uva para vinho (79,3%). Na pecuária, a agricultura familiar é significativa, contribuindo com 64,2% da produção de leite e mantendo importantes parcelas de suínos (51,4%) e caprinos (70,2%). Abaixo, tabela com alguns produtos relevantes para o consumidor brasileiro.

Tabela. Participação da agricultura familiar em alguns produtos selecionados. Brasil, 2017-2018.

Produto	Produção total	Produção familiar	Participação da agricultura familiar (%)
Arroz em casca (1.000 t)	11.057	1.208	10,9
Feijão (todos os tipos) (1.000 t)	2.215	512	23,1
Milho em grão (1.000 t)	88.100	10.972	12,5
Soja (1.000 t.)	103.156	9.559	9,3
Trigo (1.000 t.)	4.681	862	18,4
Mandioca (1.000 t)	6.559	4.563	69,6
Café em grão (verde) (1.000 t)	2.357	892	37,8
Banana (1.000 t)	4.026	1.954	48,5
Abacaxi (1.000 t)	996	668	67,1
Açaí (1.000 t)	280	221	78,7
Alface (1.000 t)	672	432	64,4
Pimentão (1.000 t)	225	159	70,8
Leite de vaca (milhões de litros)	30.156	19.351	64,2
Ovos (milhões de dúzias)	4.672	579	12,4

Fonte: Embrapa Rondônia, com dados do Censo Agropecuário 2017-2018, IBGE (2020).

Qual a motivação dos 70% e por que ainda estamos discutindo isso até hoje?

A reforma agrária foi o tema central no debate sobre agricultura familiar e a suposta contribuição de 70% para a produção de alimentos no Brasil, porque representaria **uma política pública diretamente voltada à redistribuição de terras**. No contexto em que o dado foi criado, a reforma agrária era promovida como uma solução para a pobreza rural e a desigualdade no campo, e a narrativa dos 70% serviu como uma ferramenta para legitimar essa agenda por grupos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), entre outros.

A perpetuação de narrativas infladas como os 70% prejudica esse debate ao desviar o foco dos **desafios reais enfrentados por beneficiários da reforma agrária**. Importante frisar que, **dos 9.501 assentamentos criados desde 1975, apenas 6% foram consolidados, deixando mais de 907 mil famílias em situação de vulnerabilidade, sem acesso a serviços básicos**. Para que a reforma cumpra seu papel, é crucial basear políticas em dados realistas, promovendo ações que aumentem a produtividade e a integração econômica desses agricultores, sem romantizar ou superestimar suas contribuições.

Conclusão

A agricultura familiar não precisa do número arbitrário de 70% para ser reconhecida como um segmento essencial da agropecuária brasileira. Sua importância é evidente nos impactos sociais e econômicos que gera, tendo representatividade de 76% de todos os estabelecimentos rurais, a criação de empregos para cerca de 10 milhões de pessoas e a produção significativa de alimentos básicos, como hortifrutis, feijão, mandioca e leite.

Além disso, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na preservação ambiental, na distribuição de renda no campo e no fortalecimento das economias locais. **Esses valores intrínsecos, sustentados por dados reais e contextualizados, são mais do que suficientes para justificar políticas públicas robustas voltadas para seu desenvolvimento, sem a necessidade de recorrer a números inflacionados que fragilizam o debate e a credibilidade do setor.**



MEIO AMBIENTE

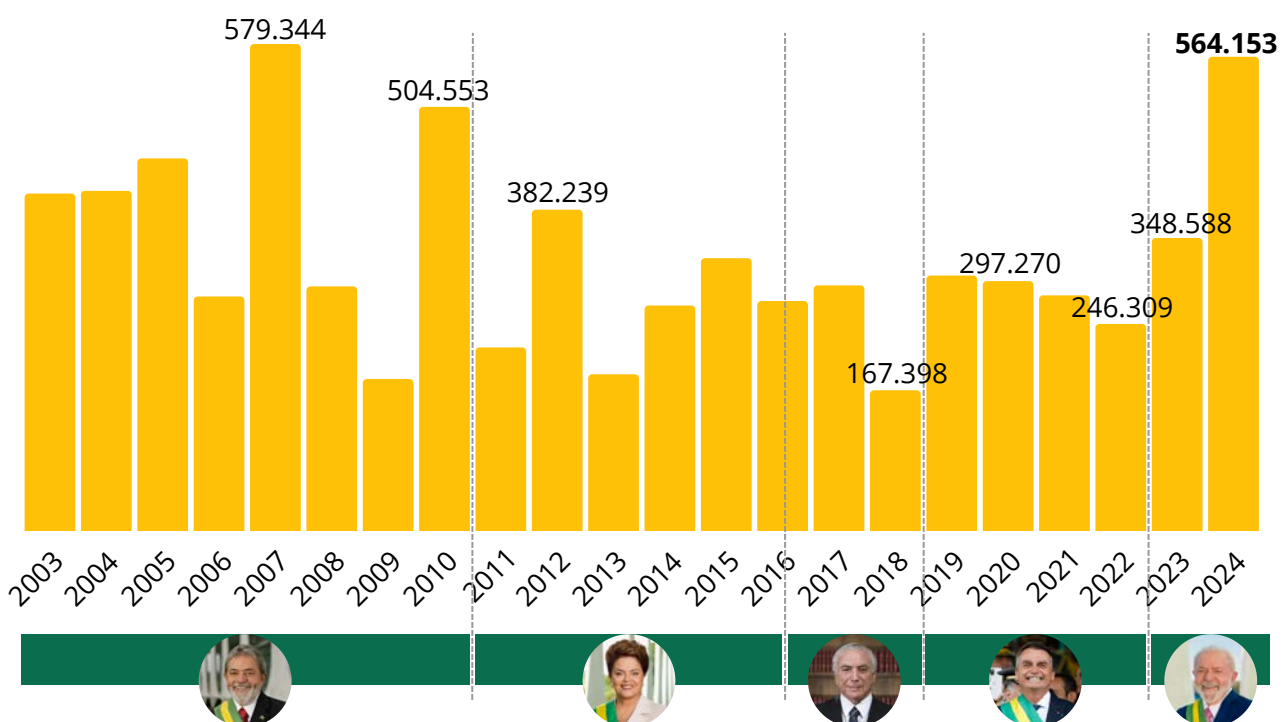
Retrospectiva 2024: Como Lula se tornou campeão das queimadas?

O aumento recorde das queimadas em 2024 expôs a falta de planejamento e ações efetivas do governo, que alocou recursos insuficientes para prevenção e combate aos incêndios, mesmo diante de alertas climáticos prévios. A negligência e a adoção de medidas controversas geraram insegurança jurídica e críticas sobre a gestão ambiental, agravando a destruição dos biomas brasileiros.

Evolução das queimadas

No comparativo de janeiro a novembro de cada ano, a área queimada (Km²) em 2024 foi 62% maior que no último ano, com o registro de **mais de 564 mil quilômetros quadrados de destruição** (gráfico 1), e 85% maior que o pior resultado do governo Bolsonaro, quando foram registrados 303 mil km² em 2019.

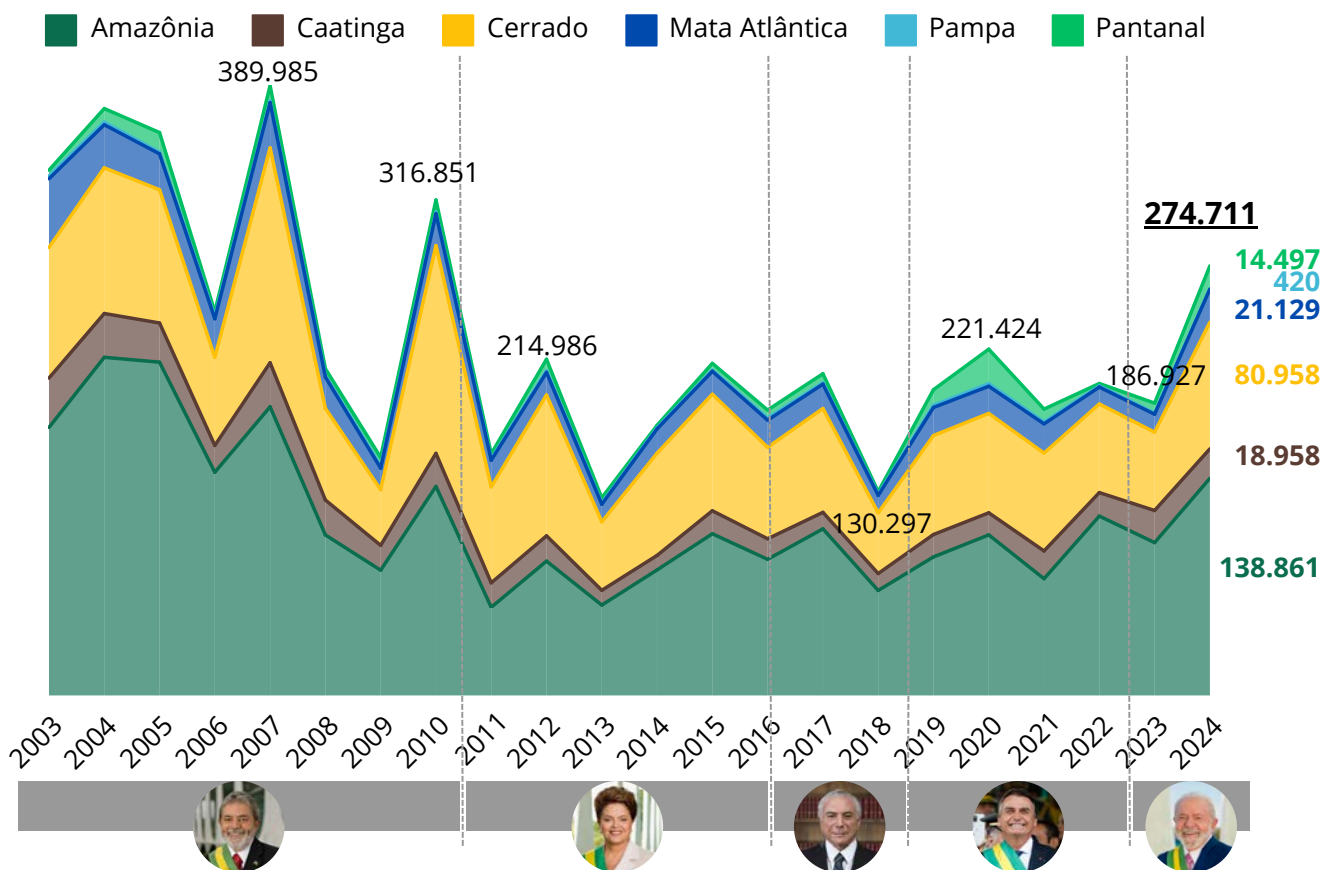
Gráfico 1. Evolução da área queimada (Km²), acumulado de janeiro a novembro de cada ano:



Fonte: Observatório da Oposição, com dados do INPE.

Ao analisar a evolução dos focos de incêndios detectados pelo satélite de referência do INPE em cada bioma (gráfico 2), observa-se um crescimento de **127% dos focos no bioma Pantanal** em relação ao ano anterior, **84% na Mata Atlântica**, **61% no Cerrado** e **42% na Amazônia**, totalizando **274 mil focos de incêndio no país**, no intervalo de 1º de janeiro a 19 de dezembro.

Gráfico 2. Número de focos de incêndios, evolução anual comparativa de biomas do Brasil, no intervalo de 01/Jan até 19/Dez:



Fonte: Observatório da Oposição, com dados do INPE.

A ministra Marina Silva e o presidente Lula tentaram se eximir de qualquer responsabilidade sobre o problema: Culparam as mudanças climáticas, o crime organizado ou até mesmo o agricultor brasileiro.



Será que o governo realmente fez a sua parte?

No dia 22 de novembro de 2023, o INMET divulgou seu [BOLETIM MENSAL N° 03 – PAINEL EL NIÑO 2023-2024](#). Na publicação, destacou que as condições climáticas já observadas desde junho de 2023 **iriam se intensificar e perdurar ao longo do 1º semestre de 2024**. Classificaram como um efeito **El Niño de intensidade forte**.

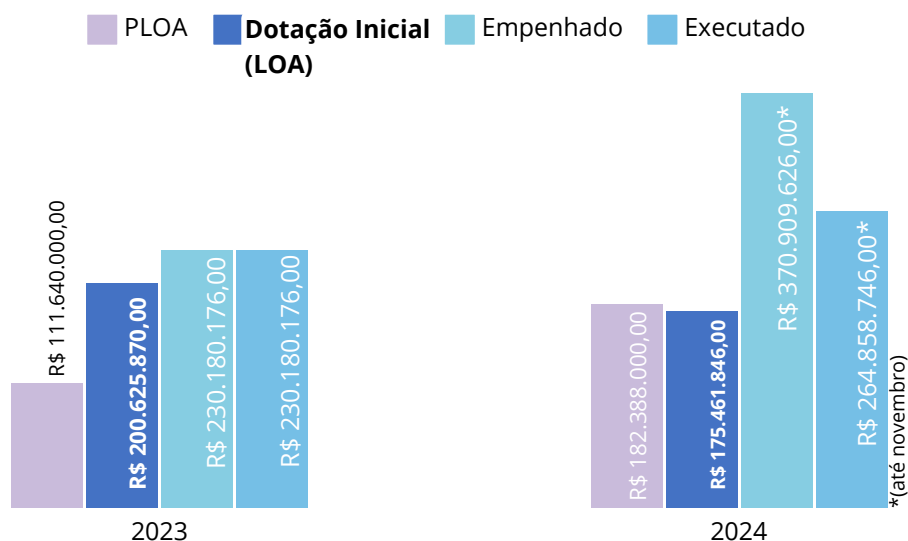
Ou seja, já [era de notório e prévio conhecimento](#) do próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA) que os fenômenos climáticos severos estavam por vir, seja por instituições oficiais, como o INMET, INPE, ANA e CENAP, seja por ONGs próximas ao governo.



Análise do Orçamento

Mesmo assim, o governo optou por reservar montante nitidamente insuficiente de recursos dentro do orçamento de 2024 (LOA) para as finalidades de monitoramento, fiscalização e combate às queimadas e incêndios, o que demonstrou sua total falta de planejamento para conter as consequências climáticas previstas (Gráfico 3).

Gráfico 3. Orçamento para as ações de monitoramento, prevenção, fiscalização e combate às queimadas e incêndios (20V9 + 214M + 214P):



Fonte: Observatório da Oposição, com dados do SigaBrasil.

No gráfico 3, observa-se que o orçamento planejado (PLOA) e o trabalhado pelo governo para aprovação do Congresso Nacional (LOA) para o exercício de 2024 ficaram bastante abaixo, tanto do valor aprovado (LOA 2023), quanto do executado em 2023.

Em audiências públicas para prestar esclarecimentos, seja na [Câmara](#), seja no [Senado](#), **Marina Silva responsabilizou insistentemente o Congresso Nacional** pelas queimadas, devido à redução dos recursos aprovados na LOA para esta finalidade, quando comparado com o valor enviado pelo governo (PLOA).

Na ocasião, a ministra só se esqueceu de falar que **a redução foi de apenas 3,8% (R\$ 7 milhões) e que havia pedido valor ainda menor que o aprovado pelo Congresso (LOA) no ano anterior.**

Portanto, é importante a ministra esclarecer as seguintes perguntas:

1. Mesmo sabendo de um El Niño severo que estava por vir, por que o governo solicitou somente R\$ 182 milhões ao Congresso (PLOA 2024), tendo em vista que utilizou R\$ 230 milhões em 2023, quando a situação climática era muito mais branda?
2. A ministra realmente acredita que se o Congresso não tivesse reduzido o orçamento em 3,8% do proposto pelo governo, a situação teria sido diferente?
3. Quantas vezes Marina Silva buscou e se reuniu com parlamentares, seja da base do governo, seja os relatores do orçamento (setoriais e geral) para explicar a situação e barganhar valor compatível com o cenário?

Talvez um bom indicador que possa pôr fim a essa dificuldade de reconhecimento dos próprios erros, mesmo que de forma indireta, seja ao analisar o valor proposto pelo governo para 2025, através do [PLOA 2025](#):

Ação	Valor (R\$)
214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	205.700.000
214M - Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias	120.000.000
20V9 - Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)	3.988.000
Total	329.688.000

Ao que parece, ao propor R\$ 329 milhões, **valor 80,7% maior que o proposto no PLOA 2024**, o governo não quer mais correr o risco de se prender apenas às narrativas como solução única aos problemas. A sociedade agradece.

Ações tardias de um governo despreparado

Compreendemos que foi remanejado orçamento ao longo do ano de 2024 através de emendas parlamentares e crédito extraordinário para as finalidades.

Contudo, estava claro que o governo não iria conseguir reverter o quadro de campeão das queimadas, tendo em vista **a falta de planejamento prévio**, que era necessário para mitigar o problema.

Para combater eficazmente as queimadas, um governo deve:

- Desenvolver um plano estratégico com metas claras e alocar um orçamento adequado;
- Em seguida, recrutar e treinar pessoal especializado, adquirir e manter equipamentos necessários, como caminhões e aeronaves;
- Implementar programas de prevenção, usar tecnologias para monitoramento contínuo, e estabelecer uma equipe de resposta rápida;
- Além disso, é crucial coordenar ações com governos estaduais, além de diferentes instituições, manter a população informada e ajustar as estratégias com base na avaliação contínua dos resultados.

As etapas descritas necessitam de **antecipação**, pois sua eficácia depende de **agir no momento certo e na proporção adequada**. Porém, apenas no dia 24 de junho de 2024 que a ministra do planejamento, Simone Tebet, **anunciou** que repassaria os recursos necessários para combater os incêndios.

Logo, era evidente que a negligência do governo seria a principal responsável pelo recorde de queimadas jamais visto nas últimas décadas.

Ações controversas

- Após uma busca incessante por “culpados”, em um lapso curto e isolado de honestidade, Marina Silva [admitiu](#) sua negligência.
- Fonte de muitas críticas, inclusive dos próprios funcionários do IBAMA e ICMBio, ao ignorar a estrutura já existente, [Marina Silva propôs a criação de uma nova autoridade climática](#), como uma espécie de agência reguladora.



- **O governo publicou o Decreto nº 12.189, de 2024:** O Decreto promove interpretações que podem resultar em ilegalidades e abusos por parte do Estado. Entre elas, destaca-se a presunção de que todo uso de fogo no campo é crime, desconsiderando práticas agrícolas permitidas por lei, como previsto no Art. 30 da Lei nº 14.944/2024. A aplicação indiscriminada de embargos e multas sem assegurar o contraditório e a ampla defesa também é apontada como violação dos direitos dos produtores rurais. Tais práticas são classificadas como abusivas, gerando insegurança jurídica e comprometendo atividades agrícolas que respeitam a legislação vigente. ([ROP 67 matéria 06 - 30/09/2024](#))
 - [PDL 353/2024](#): Como iniciativa para frear as ações desproporcionais do governo, o sen. Marcos Rogério (PL-RO) apresentou PDL que susta o Decreto nº 12.189.
- **O governo apresentou o Projeto de Lei nº 4.000, de 2024:** O PL apresenta potencial para gerar ilegalidades ao introduzir conceitos vagos, como "dano climático", sem critérios claros ou metodologias objetivas para sua definição e quantificação, abrindo margem para arbitrariedades e interpretações subjetivas. A ampliação de penalidades, sem distinção adequada entre infrações leves e graves, pode violar o princípio da proporcionalidade, resultando em sanções desproporcionais. Além disso, a proposta de penalizar danos indiretos a terras indígenas e zonas de amortecimento carece de clareza sobre os limites dessas áreas, criando insegurança jurídica para os produtores rurais que atuam legalmente. Essas lacunas legais comprometem a segurança jurídica e podem penalizar injustamente setores produtivos, contrariando os princípios de justiça e legalidade. ([ROP 69 matéria 06 - 21/10/2024](#))